

Há uma relação estreita entre o acordo recente para o pagamento aos bancos de US\$ 8 bilhões de juros em atraso, e as facilidades para o turismo internacional, compras nos *free shops* e assinatura de publicações estrangeiras. Elas configuram novos passos no processo de abertura da economia brasileira ao fluxo internacional de comércio e de capitais.

Além de facilitar, e muito, a vida do turista, as medidas dão a noção exata de como o país dono do oitavo PIB mundial estava distante de oferecer aos cidadãos a liberdade do Primeiro Mundo. As pessoas com poder aquisitivo para viajar não se sentiam mais personagens de segunda classe no próprio país — na partida e no regresso.

As restrições aos gastos de dólares com turismo e publicações eram fruto do desequilíbrio do balanço de pagamentos. O Brasil foi apanhado no contrapé, em plena euforia do milagre, pelo primeiro choque do petróleo, em 1973. O governo Geisel procurou contornar a vulnerabilidade da balança comercial com ambiciosos projetos estatais e privados (financiados pelo Estado) de substituição de importações. O endividamento externo era a fonte básica de recursos. Mas a disparada dos juros internacionais, no final dos anos 80, criou um endividamento em bola de neve, que desaguou na crise da dívida em 1982.

O governo Collor pretende uma solução duradoura da dívida externa, para que os seus pesadíssimos encargos não continuem ditando a política econômica e condenando milhões de brasileiros ao progressivo empobrecimento, como se verifica há oito anos nas grandes cidades.

O programa de abertura da economia exige novas posturas no comércio e no tratamento ao investimento estrangeiro no Brasil. O excessivo protecionismo comercial, bancado com o cacife do endividamento externo, acabou contribuindo para isolar mais o Brasil do processo de internacionalização da economia, que se acelerou na segunda metade da última década. Agora, tornou-se

evidente a necessidade de substituir o endividamento externo pelo investimento direto de risco.

Isso exige maior liberdade para o capital estrangeiro. Seria utopia tentar se livrar do garrote dos juros da dívida, propondo aos bancos converter dívidas em capital de risco, inclusive na privatização de estatais, sem oferecer as mesmas liberdades de circulação de capitais existentes nos Estados Unidos, no Japão, na Europa (Oeste, e agora de Leste) e nos países emergentes do Leste asiático. O capital só migra para onde há oportunidades de lucro e da sua repatriação.

A mentalidade brasileira refratária ao investimento de risco não se aplica apenas ao capital estrangeiro. O presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Ari Oswaldo Mattos Filho, lembra que a parcela de capital das empresas nacionais livremente negociada nas Bolsas de Valores é absolutamente insignificante. As empresas não se capitalizam, nem conseguem atrair um número expressivo de investidores voluntários.

Tudo isso é resultado do modelo de desenvolvimento amparado nos recursos e incentivos manejados pelo Estado. O empresário brasileiro preferiu manter fechado o capital de suas empresas, evitando a distribuição dos lucros (e a redistribuição da renda) por maior número de consumidores, o que estreitou o mercado interno. Para sustentar tantos benefícios, o Estado foi ampliando seu apetite tributário e intervencionista, desorganizando qualquer capacidade de planejamento privado.

Criou-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso que só pode ser rompido por uma reforma de cima para baixo na economia. Mas não basta o Estado se modernizar e encolher, para dar mais liberdade ao cidadão e às empresas. É preciso que, paralelamente à abertura para o exterior, a economia brasileira sofra uma profunda reforma interna, no sentido da abertura de capital de mais empresas através de instrumentos de capitalização mais do ágeis que as atuais Bolsas de Valores.